



SENADO FEDERAL  
Senador TELMARIO MOTA

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda na distribuição de lucros e dividendos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

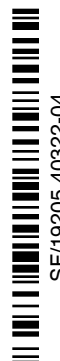
**Art. 1º** O art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10 Os lucros ou dividendos distribuídos com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 2020, pagos, creditados, remetidos, empregados ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no País ou no exterior, estão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de 1% (um por cento).

§ 1º O imposto descontado na forma deste artigo será:

I - considerado como antecipação compensável com o imposto de renda que a pessoa jurídica beneficiária domiciliada no País, tributada com base no lucro real, tiver de recolher relativo à distribuição de lucros ou dividendos, inclusive a beneficiário residente ou domiciliado no exterior;

II – antecipação do devido na declaração de ajuste anual da pessoa física, quando o beneficiário for pessoa física domiciliada no País; e



SF/19205.40322-04



SENADO FEDERAL  
Senador TELMARIO MOTA

III - definitivo, nos demais casos, ressalvados os acordos internacionais sobre tributação de que o Brasil faça parte.

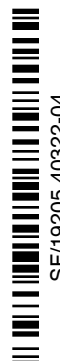
§ 2º O disposto no *caput* abrange os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de todas as espécies de ações previstas no art. 15 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ainda que a ação seja classificada em conta de passivo ou que a remuneração seja classificada como despesa financeira na escrituração comercial.

§ 3º No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados, a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao titular, sócio ou acionista.

§ 4º A distribuição de quotas ou ações em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros não sofrerão tributação do Imposto sobre a Renda na forma deste artigo, ressalvado o ganho de capital quando de sua alienação.

§ 5º O disposto no § 4º deste artigo não se aplica se a pessoa jurídica, nos 5 (cinco) anos anteriores à data da incorporação de lucros ou reservas ao capital, restituir capital aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social.

§ 6º Se a pessoa jurídica, no período de 5 (cinco) anos subsequentes à data da incorporação de lucros ou reservas, restituir capital social aos sócios ou ao titular, mediante redução do capital social ou, em caso de liquidação, sob a forma de partilha do acervo líquido, o capital restituído considerar-se-á lucro ou dividendo distribuído, sujeito à tributação na forma deste artigo.



SF/19205.40322-04



SENADO FEDERAL  
Senador TELMARIO MOTA

§ 7º Em relação à distribuição de lucros paga ou creditada a titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, observa-se o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O momento fiscal atual por que atravessa o País é delicado. Além de cortar gastos, é necessário encontrar fontes para melhorar a arrecadação. Não se pode se perder de vista, entretanto, que o aumento da carga tributária representa desincentivo ao investimento. É nesse contexto que a isenção de imposto sobre a renda de lucros e dividendos, que muito contribuiu para o aumento do investimento, tem de ser repensada.

O presente projeto tem por objetivo aumentar a contribuição do extrato social com maior poder econômico, sem penalizá-lo de forma excessiva. Assim, propõe-se o restabelecimento da incidência do imposto sobre a renda sobre lucros e dividendos, a uma alíquota baixa, de um por cento, mas que, pelos grandes números envolvidos, tem bom potencial arrecadatário.

Segundo números divulgados pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (CETAD) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) referentes ao ano-calendário 2017, os lucros e dividendos isentos, sem considerar os rendimentos obtidos por optantes do Simples Nacional, remontaram a duzentos e oitenta bilhões de reais. Gravá-los à alíquota de um por cento representa reforçar o caixa da União anualmente em R\$ 2,8 bilhões, por meio de imposto compartilhado entre os



SF/19205.40322-04



SENADO FEDERAL  
Senador TELMARIO MOTA

entes federativos, sem que isso represente grande sacrifício adicional para os contribuintes atingidos.

Para não deixar dúvidas de que a medida não atingirá o micro e o pequeno empresário, deixamos expresso no texto da proposição que continuará aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte a isenção prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei do Simples Nacional).

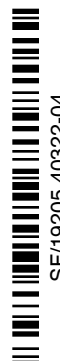
Adicionalmente, de forma a não prejudicar uma demanda recorrente do segmento empresarial, preservamos o incentivo a reinvestimentos de lucros na atividade empresarial, por meio da previsão de postergação da tributação de lucros capitalizados para o momento do ganho de capital na alienação de participação societária.

Era preciso, ainda, evitar a prática elisiva da distribuição disfarçada de lucros mediante o resgate de quotas ou ações. Com essa finalidade, acrescentamos os §§ 5º e 6º à nova redação dada pelo projeto ao art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Convicto da importância das medidas propostas, conto com a sensibilidade dos senhores parlamentares para a acolhida e aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

Senador TELMÁRIO MOTA



SF/19205.40322-04